

Congresso inicia 94 com agenda sobrecarregada

O mês de janeiro será um grande desafio para o Congresso Nacional. Em um só mês os parlamentares terão a tarefa de votar o Orçamento da União, o plano de ajuste fiscal proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, finalizar os trabalhos da CPI, iniciar as cassações dos envolvidos e ainda trabalhar na revisão constitucional. Para os presidentes da Câmara e do Senado a tarefa é difícil, mas não impossível. Eles não negam que a obrigação de pagar aos parlamentares pela convocação extraordinária irá ajudar muito para obter o quorum necessário para as votações.

Segundo o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), a fórmula para conciliar tantas tarefas é dividir atribuições. Para cuidar do plano do ministro Fernando Henrique Cardoso, Inocêncio criou uma comissão formada por 21 deputados. A comissão foi instalada no último dia 22 e iniciará

seus trabalhos no próximo dia 4. A previsão é de que no início de fevereiro os deputados tenham chegado a um consenso em torno do ajuste fiscal necessário ao País.

Ajuste — A votação do ajuste fiscal é, em tese, a mais fácil das tarefas que o Congresso terá neste mês. A discussão em torno do plano de Fernando Henrique Cardoso mobilizou os presidentes dos principais partidos do Congresso, que decidiram priorizar o ajuste fiscal. A decisão teve o apoio de todos os partidos, desde o PFL até o PT. A divisão aparece, entretanto, quando se discute qual a melhor forma de aprovar este ajuste.

O PFL e o PPR entendem que ele deve ser apreciado no bojo da revisão constitucional. O PT queria trocar o apoio ao plano pelo adiamento da revisão constitucional para depois das cassações dos parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento. Para o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, é preciso priorizar o ajuste e os trabalhos da CPI do Orçamento.

Orçamento — O presidente Inocêncio também defende a tese de priorização dos assuntos

no Congresso. Mas, diferente do presidente do PT, acha possível tocar as quatro grandes tarefas. “Através da aprovação da emenda Jobim, evitaremos que os envolvidos no escândalo da CPI participem da revisão”, explica. Para o presidente da Câmara, depois do final da CPI as cassações serão feitas pelas comissões de Constituição e Justiça. O Orçamento da União também não atrapalhará a revisão, segundo Inocêncio, pois será debatido pelos membros da Comissão.

O presidente do Senado e do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) está certo de que os parlamentares virão para as votações previstas para janeiro.

Para Lucena, o início das votações da revisão também servirá de estímulo para a vinda dos parlamentares em janeiro. “Os deputados e senadores estarão aqui”, garante o senador. “Até o PT, quando sentir que haverá votação, irá participar”. O presidente da revisão afirma que as cassações dos parlamentares citados pela CPI não irão interferir no quórum da reforma, e que esses parlamentares devem evitar a participação nos trabalhos.